

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****3ª VARA CÍVEL****R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min****SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1009076-89.2017.8.26.0566**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Indenização por Dano Material**
 Requerente: **Rosana Aparecida Freire**
 Requerido: **Santa Emília Automoveis e Motos Ltda e outro**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

Trata-se de ação indenizatória por danos materiais e morais movida por **ROSANA APARECIDA FREIRE CASTRO** em face de **SANTA EMÍLIA AUTOMÓVEIS E MOTOS** e **HONDA AUTOMÓVEIS DO BRASIL**. Alega, em essência, que adquiriu o veículo CRV – Honda, placas FNQ 6635, de terceira pessoa e que no dia 10 de maio de 2017 realizou revisão do automóvel na concessionária requerida. Relata que em 08 de julho do mesmo ano, em viagem de férias com a família, o veículo apresentou defeito, com superaquecimento do motor e falta de água no reservatório do radiador. Menciona que a requerida Santa Emília efetuou os reparos no automóvel, sem sua autorização, cobrando o valor de R\$3.425,11 pelo serviço. Postula a condenação das requeridas ao pagamento de R\$4.584,11 pelos danos materiais suportados, bem como de R\$10.000,00 por danos morais. Requereu, por fim, autorização para consignar a quantia correspondente aos reparos em juízo. Juntou documentos (fls. 14/37).

As rés foram citadas. Honda Automóveis do Brasil Ltda. apresentou resposta aduzindo que o problema detectado não consistia em falha no processo produtivo, mas sim de utilização inadequada do bem. No mais, impugnou a ocorrência de danos morais e postulou a total improcedência da ação (fls. 48/67). A requerida Santa Emília Automóveis e Motos Ltda. contestou o feito, alegando que não houve a constatação de defeito de fabricação no veículo, opondo-se à existência de dano moral indenizável (fls. 110/116). Em reconvenção, requereu a condenação da autora ao pagamento de R\$3.425,11, correspondente aos reparos efetuados no automóvel e cujo adimplemento fora realizado por meio de um cheque posteriormente sustado (fls. 136/142).

Houve réplica (fls. 128/133).

Indeferido o processamento da reconvenção apresentada por ausência de recolhimento da taxa judiciária (fl. 165). Em audiência de conciliação, procedeu-se à reconsideração da deliberação, admitindo-se o processamento da reconvenção (fl. 222).

O feito foi saneado, ocasião em que, fixados os pontos controvertidos, indeferiu-se a produção de prova pericial, deferiu-se a produção de prova oral e designou-se data para audiência de instrução e julgamento (fls. 254/255).



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Na data designada, procedeu-se à oitiva de uma testemunha arrolada pela requerida Santa Emília. Encerrada a instrução, foi concedido o prazo comum de dez dias para apresentação das alegações finais (fl. 264).

Memoriais da autora às fls. 270/273, da ré Honda Automóveis às fls. 274/277 e da corré Santa Emília às fls. 278/280.

É o relatório.

Fundamento e DECIDO.

Reconheço presentes os pressupostos processuais de constituição e de desenvolvimento válido e regular do processo, concorrendo no caso as condições da ação. Também não vislumbro qualquer vício impeditivo de julgamento do mérito.

De início, incumbia à concessionária Santa Emília a comprovação de que a prestação dos serviços executados no veículo foi autorizada pela autora. Nesse ponto, juntou aos autos documento cuja descrição autoriza a desmontagem do “cabeçote” do automóvel para análise e indica que a cliente (autora) aguardaria o diagnóstico (fl. 121).

Seria temerário concluir que o documento tenha efetivamente autorizado a concessionária a realizar qualquer reparo no veículo, já que de seu teor extrai-se permissão apenas para desmontagem do “cabeçote”.

A testemunha Natal Aparecido Nunes, funcionário da requerida Santa Emília, asseverou que os reparos ocorreram após autorização da cliente; no entanto, não especificou de que forma ocorreu essa autorização e, por fim, confirmou que a autora entregou o veículo à concessionária para que fosse realizado diagnóstico. Assim, a prova oral não foi suficiente para infirmar o teor do documento anexado às fls. 21/22 e reapresentado às fls. 121/122.

De outra parte, alega a autora que poderia ter realizado o conserto do veículo por quantia inferior e anexa aos autos o orçamento de fl. 263, no valor total de R\$2.975,00.

Nesse aspecto, faria jus a autora à indenização pela diferença entre o valor orçado e o efetivo custo do reparo, com cuja realização não consentiu. Contudo, é fato incontroverso que houve a sustação do cheque dado em pagamento à concessionária.

Uma vez que a requerente não promoveu o pagamento, é inviável o acolhimento do pleito condenatório por ela formulado, impondo-se a improcedência da ação principal.

Nesse aspecto, não restou suficientemente demonstrada a ocorrência de falha da oficina ou de defeito na fabricação do produto.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Com efeito, inexistente nos autos qualquer evidência de que o problema atual do automóvel tenha correspondência com a revisão realizada meses antes na concessionária requerida. Nesse ponto, não se desincumbiu a autora do ônus probatório.

Inversamente, o parecer técnico juntado pela requerida Honda Automóveis conclui que o infortúnio não foi provocado por vício no produto ou por falha nos serviços executados pela concessionária, bem como que o veículo não se encontrava mais no período de garantia.

Em relação ao pleito indenizatório, melhor sorte não socorre à autora. Entendo que os acontecimentos narrados nos autos não são aptos a constituir dano moral a merecer a correspondente indenização, sobretudo considerando-se aquilo que ordinariamente acontece.

O aborrecimento por que passou a requerente não configura humilhação, constrangimento ou dor moral a ser indenizada.

Saliente-se que meros percalços não geram o dever de indenizar. No caso, não houve a perturbação ou humilhação protegidas legalmente e aptas a gerar indenização.

Já decidiu o Superior Tribunal de Justiça o que segue: “só deve ser reputado como dano moral a dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo à normalidade, interfira intensamente ao comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflições, angústias e desequilíbrio em seu bem-estar. Mero dissabor, aborrecimento, mágoa, irritação ou sensibilidade exacerbada estão fora da órbita do dano moral” (REsp nº 215.666-RJ, 4ª T., Rel. Min. César Asfor Rocha – grifo nosso).

Desse modo, sob pena de banalização em face dos fatos desagradáveis por que todos passamos diariamente, não entendo configurado, na hipótese, dano moral indenizável.

Merece parcial acolhimento, portanto, o pedido reconvencional. Não obstante a ausência de autorização para a realização dos reparos pela concessionária, beneficiou-se a autora do serviço prestado, devendo custear o montante que seria pago caso houvesse a oportunidade de realizá-lo em outra oficina.

Ante o exposto, **JULGO IMPROCEDENTE** a ação principal. Condene a autora às custas e honorários advocatícios de 10% sobre o valor da causa, observada a concessão dos benefícios da Assistência Judiciária Gratuita. **JULGO PARCIALMENTE PROCEDENTE** o pedido reconvencional para condenar a autora-reconvinda a pagar à-ré reconvinte a importância de R\$2.975,00 (dois mil novecentos e setenta e cinco reais). Sucumbente na essência, arcará a reconvinda com as custas e despesas processuais e com honorários advocatícios em quantia equivalente a 10% do valor da causa atualizado pela Tabela Prática do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo a partir da publicação desta sentença e com juros de 1% ao mês contados do trânsito em julgado, observada a gratuidade concedida.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

3ª VARA CÍVEL

R. SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Interposta apelação, intime-se o recorrido para apresentação de contrarrazões e, na sequência, remeta-se os autos à Superior Instância com as cautelas de praxe e as homenagens do Juízo.

P.I. Oportunamente, arquivem-se os autos.

São Carlos, 14 de junho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**